

a colegiada de santa maria
da oliveira em guimarães
a cidade, o organismo cenobítico e a igreja

ilídio jorge silva

arquitecto, doutorando na flup

mestre assistente, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

ilidio@ufp.pt

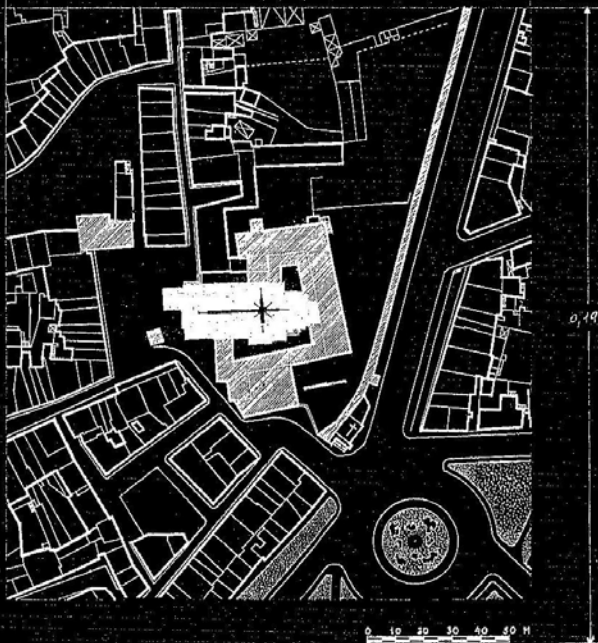


Fig.00 - Planta topográfica

Fig.00 | Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| implantação urbana actualFig.01 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| edifícios e praça antes da intervenção da D.G.E.M.N.

Resumo:

Entidade fundadora da cidade de Guimarães, o conjunto do mosteiro e depois colegiada agora de Santa Maria da Oliveira, tem que ser lido, na sua larga história de dez séculos, através do papel urbano e da evolução do organismo cenobítico, de que a igreja actual, sendo a muitos títulos extraordinária, é fruto também.

Palavras-chave: Oliveira, Guimarães, cenóbio, colegiada, urbanismo

I. Introdução

Ao depararmos, em Guimarães, com o conjunto arquitectónico do que foi a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, como quase sempre que lidamos com organismos edificados que se nos apresentam emergindo de dez séculos de história viva, é um texto polissémico, riquíssimo, que encontramos. E, se a dilatação temporal é em si própria já garante de uma forçosa complexidade de escrita, há razões particulares que acrescentam relevância e interesse aos significados a ler.

Não nos podemos esquecer que o primeiro cenóbio que ali existiu é o *facto* gerador da cidade de Guimarães, cidade da reconquista, fenómeno com todas as *circunstâncias* para eclodir (a densidade do povoamento, a generosidade das condições naturais e a existência de vias e itinerários – como o da peregrinação a Santiago – confluindo nesta zona) (Almeida, 2001:59; Ferreira, 1989:8-10; 19; CMG-IPM-MAS, 2001:16), mas que surge num lugar desprovido de antecedentes urbanos, e que ali se jogou a existência do condado portugalense e a emergência do Portugal-nação.

A sua igreja, além disso, surge-nos com força própria por ser:

- o *índice* identificativo, a “cara” do conjunto, e portanto encabeçar o seu papel exógeno, comunicador, urbano;
- o seu *símbolo*, devido à sua génese, ligada tradicionalmente ao Mestre de Aviz e à crise de 1383-85, e ainda herdeira directa ou indirecta da que a precedeu, afonsina e contemporânea de Ourique – peso simbólico, totalmente fundado ou não, que lhe garantiu uma relação com a nacionalidade que influenciou, *de facto*, alguma da sua afirmação institucional e arquitectónica ao longo do tempo;

– no conjunto, o ícone de um voto, o Joanino, e por ter ilustrado, de forma por vezes literal, uma devoção, à Virgem da Oliveira, e um acontecimento complexo e fundamental

II. Algumas leituras

2.1 - O conjunto cenobítico e a cidade

A relação que o cenóbio vimaranense, da instituição monástica à colegiada, entretece com a cidade poderá ser analiticamente dividida em três fases:

– O mosteiro, a rua e o castelo

Quando a condessa Mumadona Dias fundou o mosteiro *duplex* dedicado ao Salvador do mundo, à Virgem e aos Apóstolos por volta de 949/50 (CMG-IPM-MAS, 2001:16; DGEMN, 1981:8), e seguidamente o dotou de meios de defesa, erigindo o primitivo castelo de S. Mamede, entre essas datas e 957 (DGEMN, 1981:8; Dias, 1994:16), ao implantá-los a uma distância relativa que permitiu às duas entidades serem independentes – a fortificação gozando dum ponto defensivo favorecido e ao cenóbio estando no coração do seu termo e mais perto da estrada do Porto – criou os dois pólos de uma energia urbana (Ferreira, 1997:313-4). O fio condutor dessa duplicidade, que se densificará até assumir foros de divórcio concelhio com tradução amuralhada, é a Rua de Santa Maria/da Infesta (Ferreira, 1989:45).

– A colegiada no centro da cidade baixa medieval

Com o segundo condado portugalense, o burgo que fora monástico, e estaria agora, com toda a probabilidade desprovido do seu centro vital pelo enfraquecimento ou extinção da instituição – nomeadamente pela incompatibilidade do seu estatuto dúplice e do seu tipo de regra com a reforma gregoriana (DGEMN, 1981:9) – recupera o seu ímpeto, e, com D. Henrique, Guimarães cidade-baixa é residência condal e a política de investimentos diferenciados nos dois núcleos urbanos gera o curto-circuito entre ambos. A povoação da planície ganha complexidade e individualiza-se (Ferreira, 1997:337-8). Sob os ventos da regularização canonical do clero secular por Gregório VII (Franzen, 1996:210), e talvez

- a confirmação de um reinado, o estabelecimento de uma nova dinastia e a reafirmação da independência nacional.

por impulso do Conde D. Henrique (Ramos, 1991:87), uma colegiada sucede ao mosteiro, antes de 1110 (Ramos, 1991:85-6; Ferreira, 1997:18 e nota 52), e, daí até ao fim do século XIV (com prolongamentos até ao início do século XVI) encabeça a afirmação da urbe burguesa, dominando a fisionomia do seu novo espaço de referência: a praça que se estende perpendicularmente ao eixo da rua de Santa Maria, na direcção da estrada do Porto (hoje rua de D. João I) e da de Vila do Conde, direcções que gerarão os traçados viários da parte Sul do Burgo (Ferreira, 1989:46-8; Ferreira, 1997:830-1).

Se D. Henrique complexifica o organismo urbano dando origem à igreja e praça de Santiago (CMG-IPM-MAS, 2001:21), espaço ponte entre o Largo da Oliveira e a Rua de Santa Maria, num crescimento que se faz por dependência e paralelismo aos espaços de elite (Ferreira, 1997:320, 328, 337-8), é o espaço aberto frente à Colegiada que continuará a ser o coração da cidade: ali será o paço condal, e depois o local de sacralização e memória de eventos relevantes (a batalha do Salado), da fonte do Concelho, da Casa da Câmara, do pelourinho (CMG-IPM-MAS, 2001a:8, 9). E será a igreja da Colegiada que marcará a praça, de que a torre ocupará literalmente o centro.

– Novas aberturas

Do século XVI em diante, mais do que na adição decorativa ao pré-existente, ou a introdução serena de arquitectura senhorial no centro histórico, é a resolução da articulação intra/extra-muros que assume o papel capital da dinâmica urbana de Guimarães, e a Colegiada participa ainda dela; para além da colonização definitiva da área entre a Rua de Santa Maria, local tradicional de residência dos cônegos (Ferreira, 1997:121-3) (mas também das hortas da Colegiada) (Ferreira, 1989:54-5), a muralha e uma das suas saídas Norte – a Porta



Fig.02 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| o organismo cenobítico e a cidade

da Freiria – com a instituição, pelo cónego Baltasar de Andrade, do convento de Santa Clara, em meados de quinhentos (edifício de grande escala e criador de um novo largo, não implantado sem esforço) (CMG-IPM-MAS, 2001a:9), o Prior e o Cabido intervêm fora do burgo amuralhado, construindo S. Sebastião, em 1570 (CMG-IPM-MAS, 2001a:9), urbanizando assim o terreiro do mesmo nome, e na abertura física da cidade, aquando do derrube das muralhas, no fim do século XVIII, edificando a

2.2 - O conjunto cenobítico como organismo

O conjunto dos edifícios que conformaram o mosteiro e depois a colegiada foram exprimindo arquitectonicamente as funcionalidades dessas instituições, alterando-se com as mudanças daquelas, ao sucederem uma à outra e nas suas mudanças de carácter.

– O conjunto cenobítico original e o seu primeiro devir – uma enumeração de “ses”

Se do conjunto monástico primitivo nada nos resta e com especulações ficamos quase exclusivamente no que toca à sua configuração (um templo inicial, moçárabe? um conjunto de edificações anexas algo rudimentares, em materiais percíveis?), já do cenóbio românico dos Cónegos de Santa Maria, não obstante serem parciais e profundamente transformados, possuímos elementos que nos permitem fazer conjecturas informadas, nomeadamente alguns elementos arqueológicos – entre outros, o capitel pertença do Museu de Alberto Sampaio, proveniente do portal ocidental da igreja desaparecida, que a radica estilisticamente no românico de Rates (CMG-IPM-MAS, 2001:26) – e algo do que de edificado nos chegou – como a sala capitular e o claustro, mas não só.

Se o mosteiro de Mumadona cessara provavelmente de existir algo depois de 1089 (ou pelo menos decaíra drasticamente) e por 1110 já a Colegiada fora criada para o substituir (CMG-IPM-MAS, 2001:26; DGEMN, 1981:10), dado o pouco tempo que medeia entre estes sucessos, é natural que fosse nas estruturas edificadas de um que a outra funcionasse, e que a primeira reforma românica, a da igreja, entre 1132 e meados da centúria (CMG-IPM-MAS, 2001:26; Teixeira, 1981a:451), num contexto

Casa do Cabido (1715/1726) (Moraes, 1998) em nova e arejada traça, claramente orientada para o espaço aberto e não para a Praça Maior/Largo da Oliveira.

A extinção da Colegiada (a primeira e a fulcral) vem precisamente em 1869, quando a iniciativa urbana vimaranense passa a pertencer em definitivo à edilidade, com a criação da comissão que analisará os melhoramentos propostos pelo eng. Manuel Almeida Ribeiro (CMG-IPM-MAS, 2001:64).

já urbano (que justificara a implantação do paço condal já não no convento da Costa (DGEMN, 1981a:25-6), mas em Guimarães (CMG-IPM-MAS, 2001:26) utilizasse para aquela aproximadamente a mesma implantação.

No tocante ao passo seguinte (a renovação das dependências), se o claustro românico, com marcas do século XIII (Almeida, 2001:82), e apesar da sua extensão quatrocentista e quinhentista ter sido cercada numa outra unidade, me parece que deverá ser lido como tendo sido constituído pelo quadrângulo, hoje descontinuo, a Norte, pela sua escala e unidade de configuração geométrica, e se o Capítulo existe (apesar de alterações prováveis), precisamente nessa área, resta-nos a dúvida sobre pelo menos outros dois elementos definidores deste sistema igreja/claustro/dependências, que são principalmente a implantação do templo e das Casas dos Piores.

No que à igreja diz respeito, partindo duma orientação canónica, se a conveniência da exposição solar fez implantar estes edifícios, como massas mais elevadas, muitas vezes a Norte dos claustros, e o arranque da Rua de Santa Maria num ângulo recuado do Largo da Oliveira, tornam sedutor pensar que em algum momento a igreja foi setentrional ao conjunto, não é para isso que apontam as construções existentes desse lado do claustro, pelo menos no que se refere à situação no século XIII. O subconjunto de edifícios que forma essa ala tem um perfil composto por duas torres e um edifício de ligação, mais baixo. A torre nascente, a que foi claramente colado o corpo que fazia o claustro a Leste (como as descontinuidades de alvenarias, cobertura e organização de níveis evidenciam),



Fig.03 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| o organismo cenobítico e a cidade



Fig.04 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| o organismo cenobítico e a cidade



Fig.05 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| a nova Casa do Cabido e a muralha

pela sua configuração (acesso pelo primeiro piso, divisão passível de ter sido em três níveis, espessura das alvenarias, área de implantação quadrangular de pouco mais de oito metros de lado, e área útil interna de 25m² aproximadamente) (Almeida; Barroca, 2002:105), assim como o corpo baixo (com idêntica largura e comprimento de perto de 12m, e organizado em dois níveis) (Almeida; Barroca, 2002:106) fazem claramente lembrar as *Domus Fortis*, características precisamente do séc. XIII, com extensão posterior, e indiciam as Casas dos Piores (a que sabemos que se acedia, através das portas Norte da igreja actual, pelo menos em 1692 (Azevedo, 1845:207), que possuiria concordantemente a necessidade e a licença para impor o seu prestígio e preponderância que deram origem a essa tipologia edificatória, assim como a sua posição, mais perto da muralha (se é que a não precedeu) e do exterior da cidade, teria plausibilidade defensiva.

O exemplo de arquitectura residencial que ocorre é certamente o Solar dos Pinheiros em Barcelos até porque a segunda torre, a poente, é hoje a sacristia mas nem sempre o terá sido; estava isolada da igreja (o espaço de ligação entre elas já foi claramente exterior) e em 1537 ainda se “fazia” a sacristia, em obras de adaptação a espaço existente e designado na visitação como “torre”, em que se abriam frestas¹. Por outro lado, no domínio cenobítico, é do convento de Santa Maria de Vila Nova de Muia que me lembro, com a sua igreja a Sul, uma torre senhorial duocentista a Nordeste e a Sala Capitular entre ambas (Silva, 1999: anexo, ficha 15, pp.1a, 1b).

Assim, parece-me plausível pressupor que as Casas dos Piores ali se encontrasse, pelo menos do século XIII em diante, e que a igreja afonsina se localizasse a Sul do claustro, provavelmente faceando a cabeceira com o Capítulo e estendendo-se talvez até alturas do actual transepto. Teria portanto uma posição parecida à da igreja actual (a posição do Padrão do Salado, lateral e não central ao Largo da Oliveira, erigido em tempos da existência da igreja românica, também aponta para que esse local privilegiado estaria já ocupado), mas sobrepondo-se ambas as implantações apenas parcialmente, deslocando-se a nova edificação (até pela necessidade de manter pelo menos

parte do antigo templo em serviço litúrgico até à sacração do novo) mais para Sul e mais para Poente, sobre o Largo.

– A igreja gótica e a duplicação do claustro

A crer na convencional versão historiográfica, a igreja gótica hoje existente ter-se-á iniciado em 1387, por ordem directa do Mestre de Aviz, e estaria perto da completação em 1413; seguramente, o inegável fervor e favor joanino devem ter estimulado também o crescimento da comunidade, consagrado no crescimento arquitectónico do conjunto, nomeadamente pela ampliação do claustro, que, passa a abraçar ambos os lados do templo. Tal deve ter acontecido pelo menos então (a capela de S. Brás, no ponto Sudoeste do claustro é de 1419/21) mas só terá adquirido a sua configuração actual, unitária, integrando elementos românicos pré-existentes, na campanha de obras do priorado de D. Jorge Pinheiro (entre 1503 e 1514) (CMG-IPM-MAS, 2001a:12), prior igualmente responsável pela finalização da torre profunda que avança sobre o Largo da Oliveira (CMG-IPM-MAS, 2001a:12; DGEMN, 1981:22).

Esta “duplicação” do claustro, certamente necessária pela exiguidade da de duzentos, que impediria a existência de espaços condignos de alojamento, armazenamento e de criação de capelas claustrais, dará expressão arquitectónica a um facto institucional prece-

2.3 – A igreja do conjunto cenobítico

É preciso dizê-lo, embora não seja de todo o primeiro a dizê-lo (Azevedo, 1956:17; Oliveira, 1981:267), que, independentemente de qualquer lenda de uma encomenda directa real para uma edificação de raiz em que houvesse “*sumptuosidade em nada inferior ao seu mosteiro da Batalha*” (Caldas, 1996:271) ou da execução(!) do seu arquitecto pelo desprimoroso resultado (Azevedo, 1845:204), o que existe em Guimarães (e o que existia ali quando o edifício gótico se encontrava completo) é uma edificação segundo o nosso gótico das Ordens Mendicantes, e, no seu todo, em nada daquele constituindo exemplo extraordinário (em escala ou inovação). Supor que D. João I é o encomendante único e nada soube da obra do toledano João Garcia, que construiu como sa-

dente: a divisão das rendas da Colegiada em duas mesas, a do Priorado e a do Cabido, em 1223 (DGEMN, 1981:33).

– Complexificação da bipolarização

Do século XVII ao XIX a dinâmica construtiva do organismo cenobítico é uma de bipolarização do conjunto. O Cabido constrói a sua casa, em figurino já neoclássico, encobrin-do a Capela de S. Brás, numa cenografia civil e palaciana, voltada ao exterior da Colegiada e das muralhas; a igreja, que já possuía portas oponentes transeptais, ganhará entradas laterais junto à fachada poente, a de Norte com feições seiscentistas (DGEMN, 1981:28-9) e já existente em 1600 (Moraes, 1998:103-4), e a de Sul (hoje demolida) possivelmente oitocentista; a nova capela-mor, iniciada por D. Pedro II em 1675 e terminada por 1682 (Oliveira, 1981:271,278), sob risco de base de Miguel de Lascolle (Oliveira, 1981:271,276), com interferências do mestre-de-obras, António de Castro (Oliveira, 1981:264), estendendo-se até à ala nascente do claustro, subdivide-o fisicamente, unindo-se ao primeiro piso da ala Leste, entretanto construído em 1771 (Moraes, 1998:230-2); há aliás planos reconstrução da Colegiada e Igreja sob todo o priorado de D. Luís de Saldanha (1773-1815 (Moraes, 1998:275) e alguma obra é feita na Sala Capitular (Moraes, 1998:233-4, 241, 246, 249).

bia e segundo os constrangimentos do local (as dependências existentes, o limite do avanço possível sobre o Largo da Oliveira, a posição do padrão comemorativo de D. Afonso IV) e que foi confrontado, com desagrado, com um facto consumado, também me parece, no mínimo, simplista. É verdade que depois de 1387 (quando ordenaria o arranque da obra) e a sacração, em 1401, o rei só comprovadamente visitou a cidade em 1389 (Baquero Moreno, 1988:20-1, 26-7, 31-3, 41-2, 81-2, 85-6, 89-90), altura talvez precoce para verificar dos contornos finais do edifício, mas não se informaria ele detalhadamente de obra tão prezada em mais de dez anos, não atalharia o seu percurso se o desagrado fosse evidente?



Fig. 10 - Alçado principal depois das obras

Mais plausível me parece afirmar que, quando muito, inicialmente o apoio do rei terá sido certamente mais distante e não uma empresa pessoal, e que, depois de 1401, tendo a sua comprovada devoção pela Virgem da Oliveira sido desmerecida pelo edifício que fora erigido, se tivesse aplicado em introduzir-lhe os possíveis sinais enobrecedores, como o esplêndido fenestrão ocidental ou o programa pictórico do travejamento interior.

– Morfologia de volumes e gótico mendicante

A igreja de Santa Maria da Oliveira está marcada pelo gótico mendicante (Almeida e Barroca, 2002: 62), na sua austeridade de base, na forma como os alçados são uma tradução directa do interior, nas suas três naves bastante unificadas espacialmente, por longos tramos que a cobertura em madeira permite; na sua planta cruciforme com transepto saliente; na dicotomia que existia entre o corpo e a cabeceira (que deverá ter sido tripla (Almeida; Barroca, 2002:62; Dias, 1994:18), apesar da referência possível a um deambulatório, numa visitação de 1537 – (DGEMN, 1981:28-9), o que não seria ilógico numa igreja devocional e localizada no caminho de Santiago (Oliveira, 1981:269), na preponderância volumétrica da nave central e na concatenação hierarquizada e claramente não unificada dos volumes (a unificação volumétrica da nave principal com o transepto, como na Sé de Silves ou em Santa Clara de Vila do Conde, acontece com relativa raridade).

– Elementos de realce e adições

Asseguradamente de cunho joanino, para além de alguns capitéis interiores cuja decoração sobressai (Almeida e Barroca, 2002: 62), são o fenestrão da fachada ocidental e o ciclo de pinturas do travejamento da cobertura. Estas últimas, amplamente signadas pelo brasão do monarca, são datáveis, com probabilidade, de entre 1401 e 1420 – sendo posteriores à finalização do edifício (utilizam, aliás, as faces de um travejamento que não foi concebido para as evidenciar) e seria à mesma época, ou pelo menos aos anos que medeiam entre a sagração e a tentativa de fechar as obras de pedraria, por 1413 (Almeida e Barroca, 2002: 62), que colocaria a feitura do a todos os títulos esplêndido portal/retábulo do alçado principal.

Antes de mais porque me parece impossível não ver ali as influências estilísticas bata-lhinhas, e do ciclo de Huguet (portanto após 1402) que ele espelha. Além disso há também o precedente temático de um programa iconográfico baseado numa genealogia, que acontece no portal de Santa Maria da Vitória (Dias, 1994:126) (temática estratégica num ex-voto que marca a implantação de uma nova dinastia apesar de tudo genealógicamente ligada à anterior (Gentili, 2000:234).

Isto, claro, aceitando a fascinante hipótese que o janelão foi em tempos uma espécie de portal com tremó (Dias, 1994:131), entrada mística figurada, de que uma árvore de Jessé seria o parte-luz (e concordantes são, pelo menos, as medidas da escultura que se encontra hoje no Museu de Alberto Sampaio e que junto ao janelão, se bem que no seu lado interior, se encontrava), retábulo esculpido, janela de vitral historiado (subdividido por ramos de pedra?); é, de qualquer forma, uma peça aposta, em pedra importada, coimbrã (Aires-Barros, 2001:78) (quando na tradição local, se o granito de pico grosso de Guimarães pouco se adaptava à escultura, fora normalmente ao granito de Braga a que se recorreu – (Almeida, 2001:74), elemento de qualidade extraordinária e em *nada* concordante com o geral do edifício em que se insere.

Outro elemento individualizável e de enobrecimento, e em que não há qualquer dúvida da génese autónoma, é a torre, elemento de luxo urbano que estende a igreja até ao centro da praça. Em três níveis debruados a cantaria, emergindo dos elementos – a terra e o tumulamento, a água que jorrava da fonte que ali existia – *opera de natura*, separada por registo liso, intermédio, marcado apenas pelo brasão real, do coroamento fenestrado, que remata por guirlanda, alteada por campanários nas direcções privilegiadas da praça e da Rua de Santa Maria, *opera de mano* por excelência (e outrora dissolvendo-se verticalmente ainda em elegante cúspide, infelizmente desaparecida, como tantas no nosso país), exhibe uma dialéctica ascensional que aponta um discurso já proto-renascentista, concordante com a sua construção tardo-manuelina.

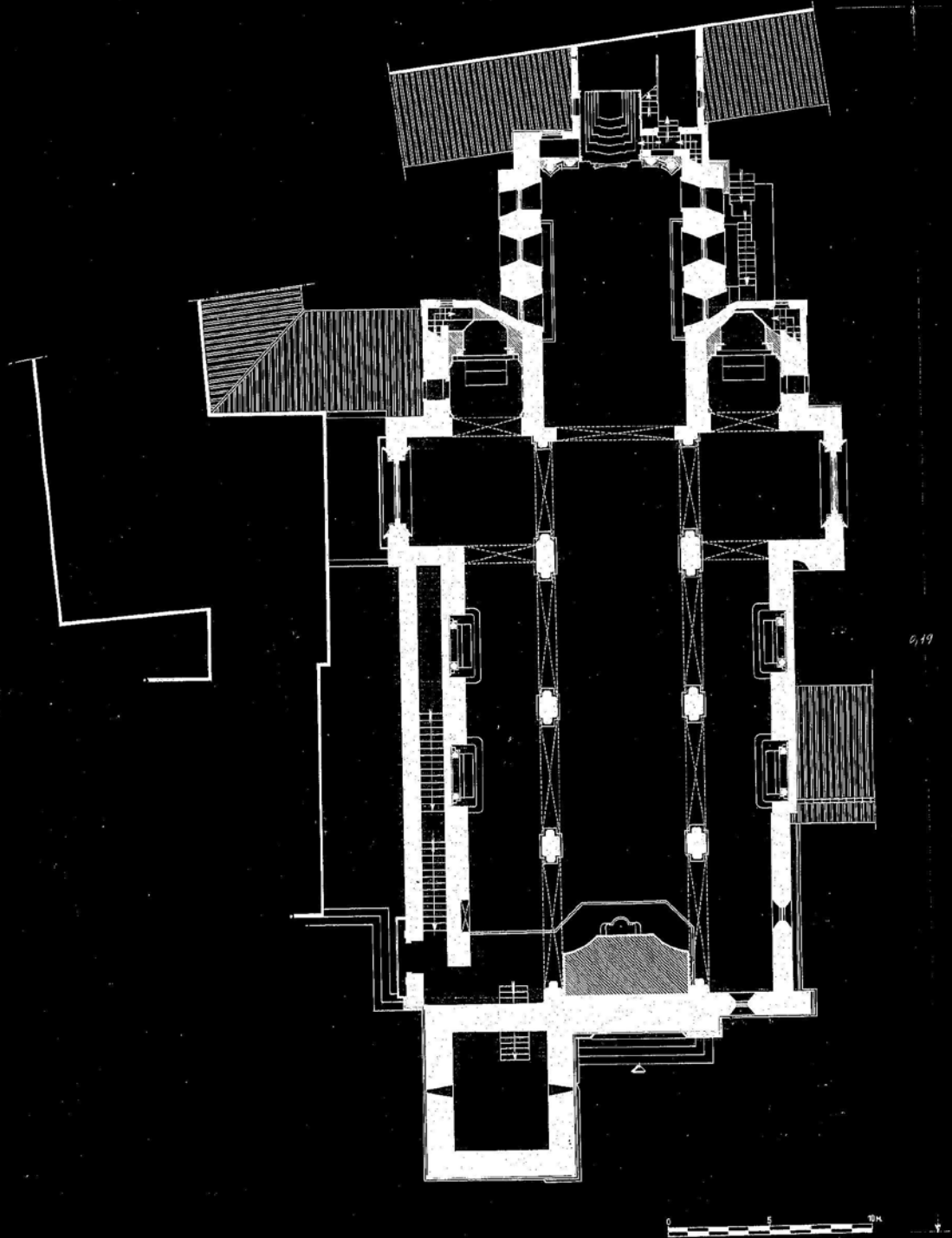


Fig. 5. Planta da igreja, antebicos depois das obras.

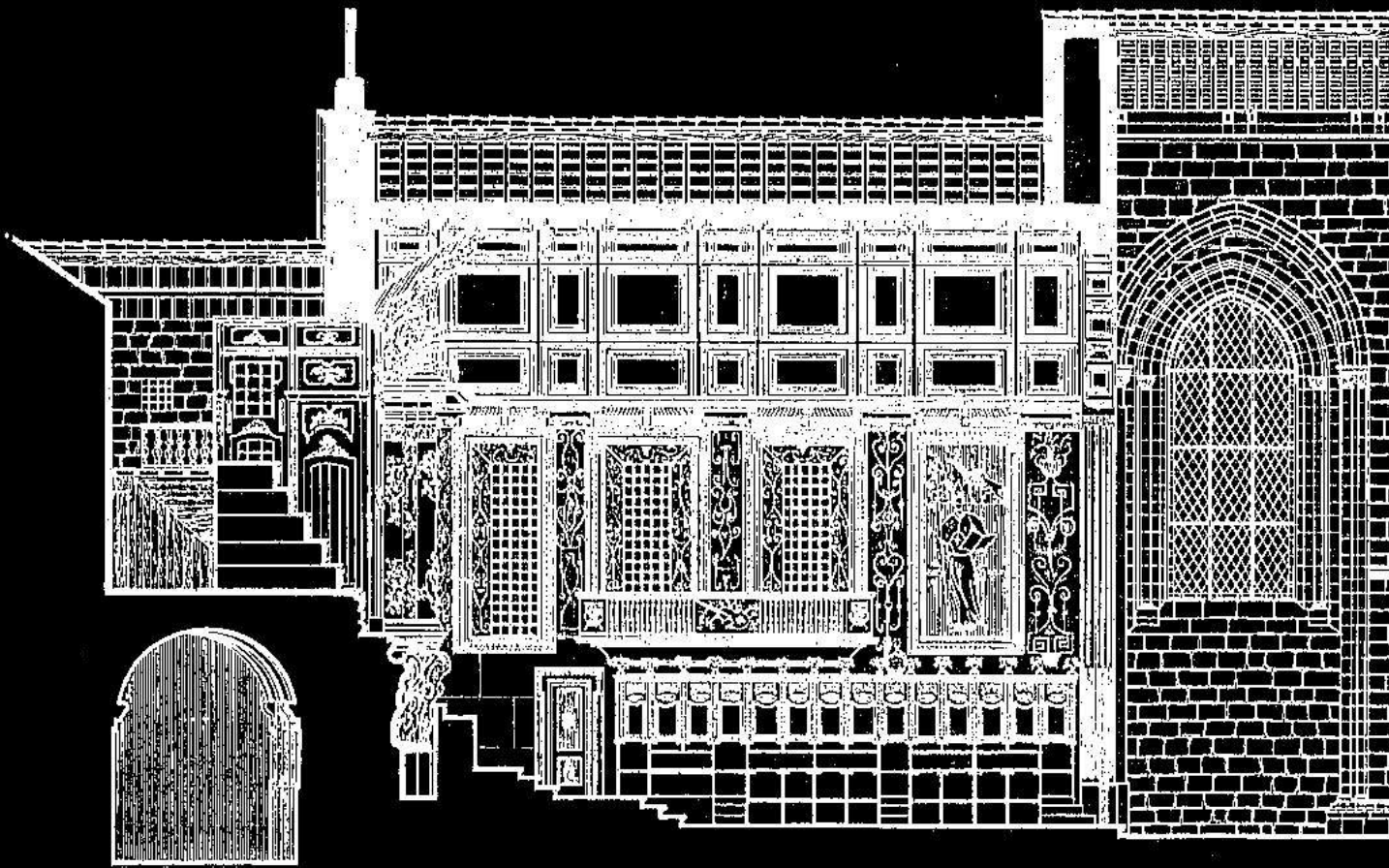
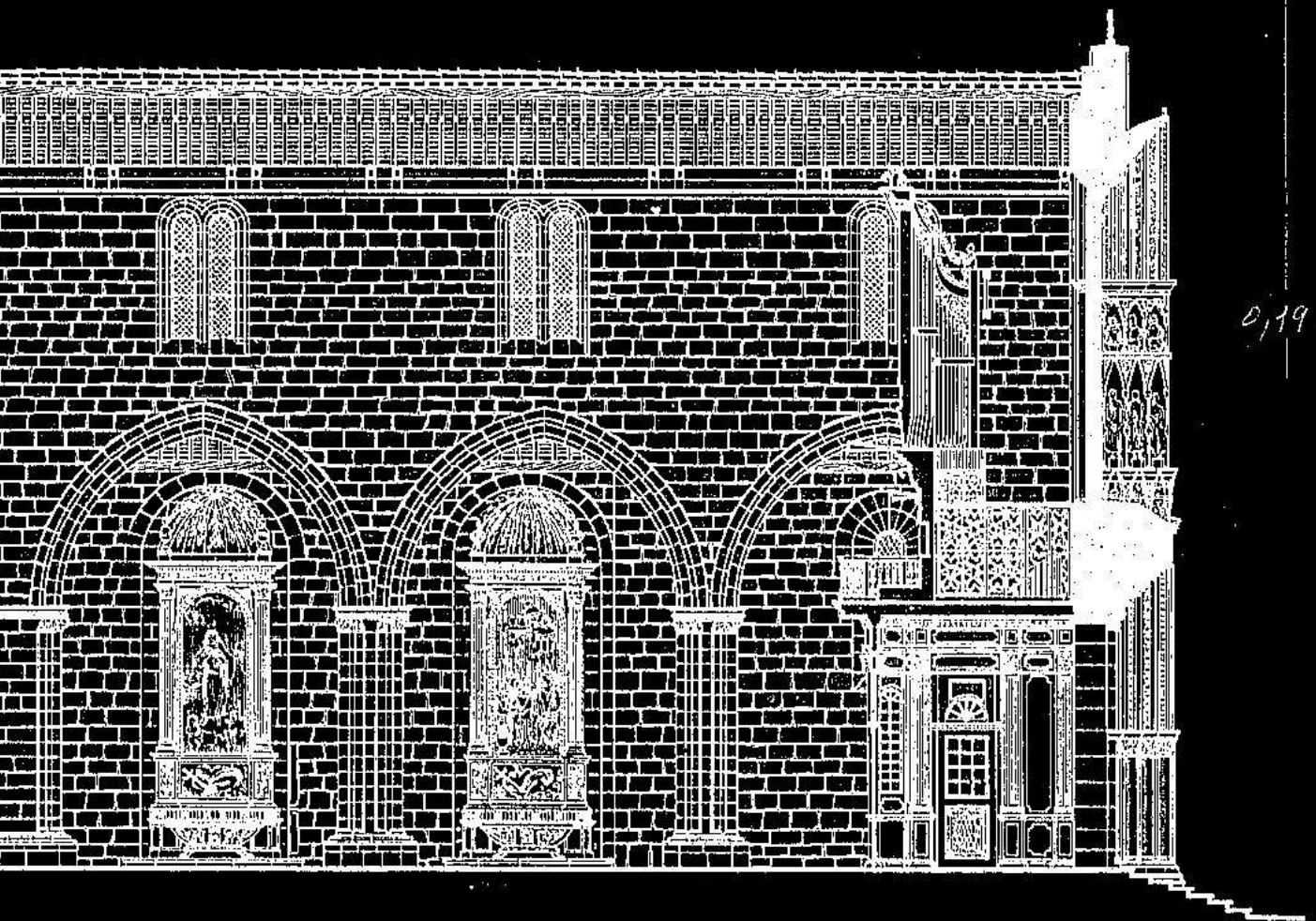


Fig. 11 - Corte transversal de parte da igreja



0,19 M



– Corte e reinvenção

Relativamente “poupada”, em termos arquitectónicos, à revisão barroca plena (que não em desaparecidos revestimentos pictóricos e azulejamento), o devir post-quinhentista de Santa Maria da Oliveira acabou por se pausar por um denegrido mas coerente – e nem sempre falho de qualidade artística – classicismo, orientado por uma vontade de regularidade que ultrapassou os modismos decorativos.

A reedificação da cabeceira, ordenada por D. Pedro (príncipe e depois rei), no final de seiscentos, é duma serenidade apreciável, e já lhe vimos a relativa lógica em termos do conjunto e da definição da articulação do claustro.

III. Lacunas e contradições

Não cabe certamente neste curto espaço discutir plenamente todas as questões que a arquitectura da Colegiada de Santa Maria da Oliveira levanta. De qualquer forma, a modo de apologia própria, cabe-me dizer que, face ao claro vazio documental que aflige a investigação (em termos do que foi destruído e disperso e do que, muito simplesmente, está por ler), preferi armar-me de alguma sensibilidade profissional e, apoiado no que mais doutos que eu já foram dizendo, mapear um conjunto de vertentes, urbanas, arquitectónicas e estilísticas, que ultrapassem o objecto-igreja e o contextualizem; as hipóteses são perguntas, e é com perguntas que se procura, e parece-me portanto válido fazê-las.

A reforma decimonónica, feita a partir de 1830 durando quase toda essa década (DGEMN, 1981:25; Moraes, 1998:309, 313, 315, 323, 328, 330-2, 337-8), pese embora a sensível fraqueza artística do seu desenho de cenografia de *papier mâché*, procura uma unidade perdida, uma regularidade simétrica, quer longitudinalmente, contrapondo morfológicamente o coro ao transepto, quer transversalmente, equilibrando a porta transversa Norte com uma inegavelmente bem delineada obra a Sul e erigindo um coro de lado a lado. É um tributo, mais uma vez, à dignidade, inflacionada ou não, de que a Colegiada sempre se arrogou, e a que o templo de final de trezentos nunca correspondeu.

Haverá arqueologicamente algo a diligenciar para que algumas hipóteses (estas e outras) se abalizem ou afastem, e parece-me, que, mais simplesmente, mas não exigindo menos tempo e saber, seria preciso também tentar ler sistematicamente o que as diferenças de escrita das artes de pedreiro e canteiro deixaram nas paredes. Os paramentos de Santa Maria da Oliveira estão semeados de uniões, cesuras, vãos emparedados, arranques de alvenaria, diferenças de aparelho, de molduras, que, à frente da nossa vista, escondem certamente muitos dados negligenciados.

notas

¹ Veja-se o Inventário do Património Arquitectónico disponibilizado pela D.G.E.M.N. na Internet.

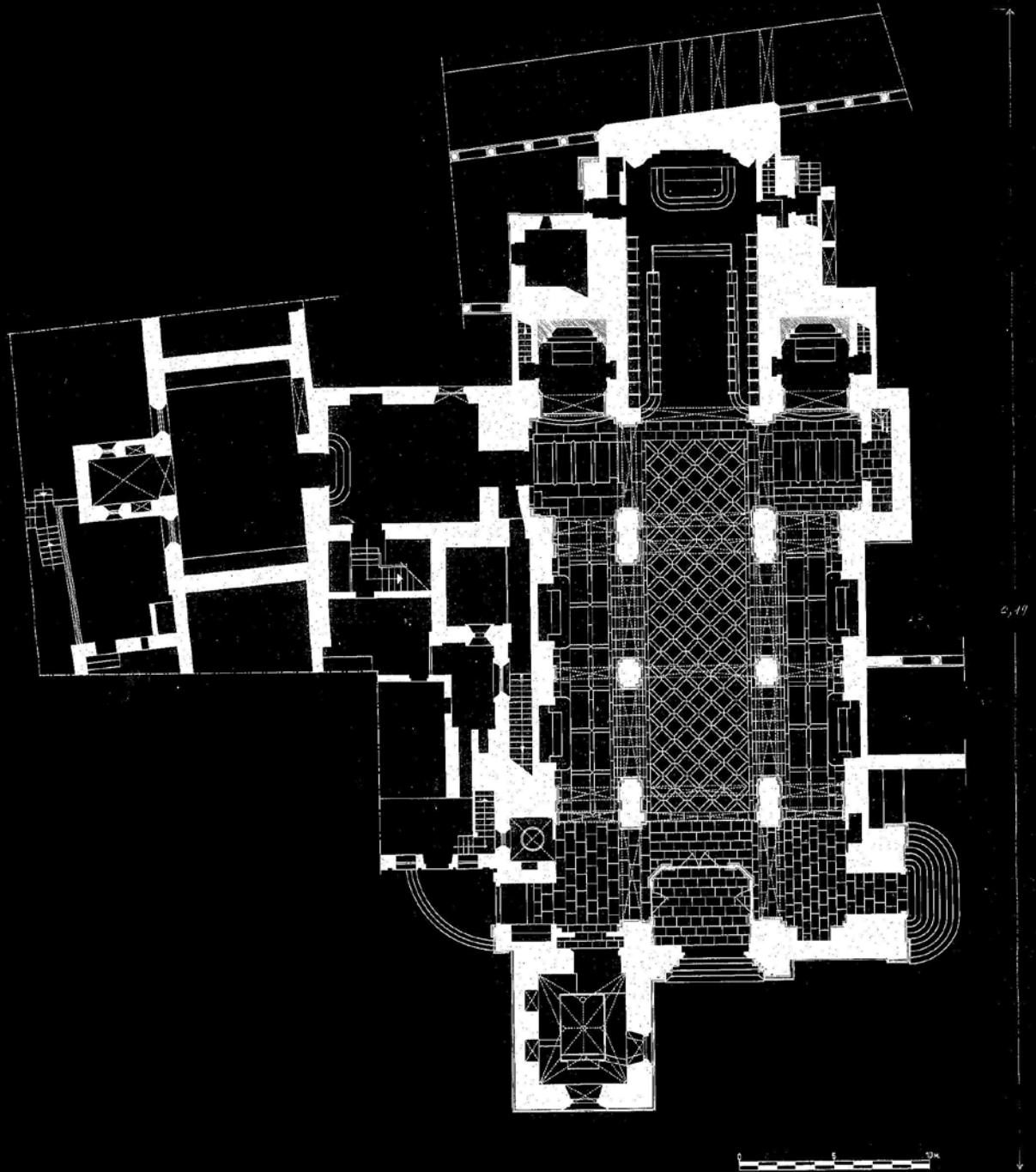


Fig. 2 - Planta baixa da Igreja antes dos restauros

Fig.09 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| a configuração decimonónica: planta anterior
| aos restauros

Referências Bibliográficas

Aires-Barros, Luís (2001). *As rochas dos monumentos portugueses – tipologias e patologias*. “Cadernos”, IIª série / n.º3. Lisboa, IPPAR.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (2001). *História da Arte em Portugal – O Românico*. “História da Arte em Portugal”/1. Lisboa, Editorial Presença.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA Mário Jorge (2002). *História da Arte em Portugal – O Gótico*. “História da Arte em Portugal”/2. Lisboa, Editorial Presença.

Azevedo, António de (1956). *Santa Maria de Guimarães – Um problema de toponímia e arqueologia artística*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.

Azevedo, P.º Torcato de (1845). *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*. Porto. (Azevedo, P.º Torcato de (1692). *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*.)

Baquero Moreno, Humberto (1988). *Os itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Ministério da Cultura.

Caldas, Pe António José Ferreira (1996). *Guimarães. Apontamentos para a sua História*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento. (CALDAS, Pe António José Ferreira (1881). *Guimarães. Apontamentos para a sua História*. Porto.)

CMG-IPM-MAS (2001). *Guimarães – Mil anos a construir Portugal*. Catálogo da exposição realizada no Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, de 31 de Julho a 31 de Dezembro de 2000. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus / Museu de Alberto Sampaio.

CMG-IPM-MAS (2001a). *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*. Catálogo da exposição realizada no Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, de 24 de Outubro de 2001 a 27 de Janeiro de 2002. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus / Museu de Alberto Sampaio.

Colegiada (1665). *Inventario geral da Insigne e Real Colegiada Igreja de Nossa Senhora da Oliveira da mui nobre e sempre leal villa de Guimarães*. Guimarães.

DGEMN (em linha). Disponível em “<http://www.monumentos.pt/>” (consultado em 11 / 05 / 2004).

DGEMN (1981). *Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães*. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / n.º128, Lisboa, D.G.E.M.N..

DGEMN (1981a). *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / n.º130. Lisboa, D.G.E.M.N..

Dias, Pedro (1994). *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. “Teoria da Arte”/11. Lisboa, Editorial Estampa.

Ferreira, M.ª da Conceição Falcão (1989). *Uma rua de elite na Guimarães medieval : 1376-1520*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.



Fig.10 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| a demolida porta lateral Sul

Ferreira, M.^a da Conceição Falcão (1997). *Guimarães: duas vilas, um só povo - estudo de história urbana (1250-1389)*. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Universidade do Minho. Braga, edição da autora.

Franzen, August (1988). *Kleine Kirchengeschichte*. Friburgo, Verlag. (FRANZEN, August (1996). *Breve História da Igreja*. Lisboa, Editorial Presença.)

Gentili, Giovanni (2000). *Ai confini della terra: scultura e arte in Portogallo*. Milão, Electa.

Marques, José (1990). O Mosteiro de Guimarães. In separata do: *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XLI, pp. 7-13. Guimarães.

Moraes, Maria Adelaide Pereira de (1998). *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*. Guimarães, edição da autora.

Oliveira, Aurélio de (1981). Contribuição para o estudo dos elementos arquitectónicos seiscentistas da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. In: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada – 850º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, vol. IV / comunicações, pp. 261-298. Guimarães.

Ramos, Claudia M.^a Novais Toriz S. (1991). *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Silva, Ilídio Jorge Costa Pereira da (1999). *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*. Dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, edição do autor.

Teixeira, Luís Manuel (1981). O frontão da Colegiada como significativa memória da Pátria consolidada. In: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada – 850º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, vol. II / comunicações, pp. 325-336. Guimarães.

Teixeira, Luís Manuel (1981a). As pinturas dos tectos da igreja da Colegiada de Guimarães e a sua situação no contexto da pintura medieval peninsular. In: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada – 850º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, vol. IV / comunicações, pp. 449-460. Guimarães.